

“Temos que desenvolver a consciência de autoproteção”

A Secretaria de Estado da Defesa Civil de Santa Catarina foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) pelo trabalho para redução de riscos à população em ocorrências climáticas. Recebeu o Prêmio Sasakawa Award, concedido a cada dois anos para organizações, indivíduos ou iniciativas que contribuam para salvar vidas e reduzir a mortalidade global por catástrofes. Mas o que diferencia a Defesa Civil estadual das demais no país? Quem explica é o próprio secretário Rodrigo Moratelli. Graduado em Direito, Ciências Sociais e Políticas pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), ele já foi secretário municipal de Administração da Prefeitura de Rio do Sul (2006 a 2012) e secretário-adjunto de Estado da Defesa Civil (2013 a 2014). Em abril de 2014, assumiu o comando da secretaria. Moratelli recebeu a reportagem da Coluna Pelo Estado em seu gabinete para contar o que está sendo feito nessa área. E revelou o que o motiva: “É saber que se houver uma crise enquanto estou trabalhando, minha família estará amparada pelo poder público, com alerta sendo dado de maneira eficiente, cada um sabendo como se comportar, com acesso a aplicativos para saber onde é o abrigo mais próximo. E o que é bom para mim é bom para os outros.”

[PeloEstado] - A Defesa Civil de Santa Catarina tem status de referência no país. O que a diferencia das dos demais estados?

Rodrigo Moratelli - Temos um trabalho, iniciado em 2013, alicerçado em muita pesquisa para identificação dos maiores problemas do estado. Somos o segundo maior corredor mundial de fenômenos meteorológicos, perdendo apenas para a Costa Leste dos Estados Unidos e o Golfo do México. Santa Catarina é o estado com a maior diversidade de fenômenos climáticos, com a maior perda *per capita* provocada por desastres climáticos nos últimos 20 anos e também somos o estado com a maior perda por quilômetro quadrado de área. Perdemos cerca de R\$ 2.550,00 por pessoa de 1995 a 2014 e R\$ 189,00 por quilômetro quadrado, sejam estruturas urbanas, patrimoniais, econômicas, como a desaceleração das atividades produtivas durante e depois do episódio. Sem considerar as perdas fiscais, algo que não se mensura em desastres desse tipo. Esse conjunto de informações fez com que o governador Raimundo Colombo tomasse uma medida diferenciada: Defesa Civil como política pública de gerenciamento de riscos e gestão de desastres.

[PE] - Mudança de paradigma?

Moratelli - Um novo olhar que nos propiciou toda uma nova estrutura que estamos construindo e desenvolvendo desde 2013. Agora, muita coisa desenhada lá atrás está sendo colocada em prática. Por exemplo, pegamos a ideia do projeto JICA (Agência de Cooperação Internacional do Japão), feito para prevenção de cheias no Vale do Itajaí, e ampliamos para o estado todo. O radar meteorológico do Vale do Itajaí, instalado em Lontras, será acompanhado pelo radar de Cha-

pecó, que já está em testes e deve entrar em operação definitivamente em 23 de agosto. Até o mês de setembro deverá estar operando o radar meteorológico de Aranguá. Temos ainda o radar do Morro da Igreja, em Urubici, e os dos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná. Com esse conjunto, teremos cobertura de 100% do território catarinense.

[PE] - Qual o próximo passo?

Moratelli - Na verdade, todas as ações estão sendo desenvolvidas simultaneamente. Estamos construindo o Sistema Integrado de Defesa Civil (SISDC), produto contratado em 2014. Trata-se de um *software* que vai ser a inteligência artificial da Secretaria e que entra em operação em 2017. O SISDC vai ter o plano de contingência de todos os 295 municípios catarinenses, desenvolvidos pela Udesc já na plataforma *web*, por sua vez desenvolvido pelos profissionais da Defesa Civil do Estado com uma empresa norte-americana especializada em *softwares* de gestão de riscos. Por isso estamos realizando seminários e oficinas, desde maio até setembro, explicando aos municípios o momento que a Defesa Civil estadual vive e qual a importância da implantação do Sistema Integrado de Proteção e Defesa Civil em Santa Catarina de fato e não só por imposição de lei. Quando você tem alertas antecipados e população conduzida para abrigos no momento correto, como vimos acontecer nas chuvas do final de maio e início de junho, é perceptível a redução de perdas e mais rápida a retomada da normalidade quando a crise passa. A população foi protegida – não tivemos óbitos ou feridos. A Defesa Civil passou a ter o papel de gerenciamento no plano de ação coordenada.

[PE] - Como assim?

Moratelli - Em um desastre, não é só a Defesa Civil que opera. Ela gerencia informações e ações. Quem opera são os setoriais – secretarias de Agricultura, Saúde, Educação, Infraestrutura, além da Polícia e do Corpo de Bombeiros. Esse é o grande diferencial da Defesa Civil de Santa Catarina na comparação com a de outros estados. Nós conseguimos entender que não somos mais uma setorial, mas uma atividade transversa que auxilia as setoriais na gestão de crise. A Assistência Social, por exemplo, abre o abrigo antes mesmo de a população receber o alerta. Quem indica o momento certo para essa ação é a Defesa Civil. Por isso o SISDC vem sendo desenvolvido com tanto apuro. Desencadear essas ações “na mão”, telefonando para cada agente, demora muito. E o que diferencia uma crise de um desastre, ou um desastre de uma catástrofe, é o tempo de resposta do poder público. Se os protocolos e os planos de contingência estiverem bem definidos e se as pessoas conseguirem agir com rapidez, auxiliadas pelo Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cigerd), as perdas serão sempre muito menores.

[PE] - Fale sobre o Cigerd.

Moratelli - Até o final do semestre vão entrar em operação o Cigerd da sede da Defesa Civil estadual, em Florianópolis, e os 20 que estão em implantação no estado. O da Capital terá o Centro de Monitoramento e Alerta, Meteorologia, Sistema de Hidrometeorologia, Geologia, Mapeamento de Áreas de Risco, Planos de Contingência, Planos de Ações Emergenciais, Gestão de Crise e Respostas a Desastres. Os demais têm 160 metros quadrados e são totalmente autossuficientes. Já estão prontos os de Maravilha,



Andréa Leonora/CNR-SC

Joaçaba e Canoinhas, e em fase final os de Xanxerê e Concórdia. Serão implantados Cigerds ainda em São Miguel do Oeste, Chapecó, Lages, Curitibaanos, Caçador, Taió, Rio do Sul, Blumenau, Jaraguá do Sul, Joinville, Itajaí, Tubarão, Criciúma e Aranguá,

[PE] - Os municípios têm boa estrutura de defesa civil?

Moratelli - Poucos. A maior parte tem a coordenadoria criada com um cargo, mas nada de equipe. Por isso a nossa decisão de auxiliar os municípios com seus planos de contingência. Com o desempenho mais transversal da Defesa Civil, a equipe já está identificada no município, são os secretários setoriais e suas próprias equipes. Assim, será possível uma política municipal eficaz na proteção das suas comunidades.

[PE] - E a população?

Moratelli - Temos que desenvolver a consciência de autoproteção. Mas tudo tem fases. Não adianta eu ir lá treinar o cidadão se não tiver informações e estrutura de suporte para o caso de crise. A população é o ator central desse processo, mas precisa fazer a sua parte. Criamos um sistema piloto de alerta via SMS através do número 40199, que em agosto deve estar disponível para o estado todo, mas que teve baixa adesão apesar de toda a divulgação que fizemos. Nossa meta é chegar a 1 milhão de pessoas, o que replica para duas ou três outras pessoas. Teremos, então, chegando à metade da nossa população. Somam-se aí outros canais, como a própria imprensa, nossa página na internet e as redes sociais. A informação disseminada e tudo o que nós falamos sendo colocado em ação vai fazer com que tiremos vítimas fatais e feridos de nossa agenda. Acredito que estamos amadurecendo para isso.

[PE] - Quanto foi investido?

Moratelli - Tirando as obras estruturais do Vale do Itajaí, chegamos a uma cifra que supera os R\$ 400 mil por município catarinense, algo em torno de R\$ 120 milhões. São recursos estaduais. Não temos nenhuma fonte federal e tampouco internacional para esses investimentos não estruturais. Não está incluído nesse valor o Plano de Recursos Hídricos catarinense, feito pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e com todos os cálculos de vazão, excessos e falta de água. Quando esse estudo estiver concluído, a Defesa Civil fará as contramedidas preventivas, com controles de barramentos e os melhoramentos fluviais. Será um trabalho de 20, 30, 40, 50 anos... mas temos que parar de administrar por PPA (Plano Plurianual) e administrar por projetos de longo prazo, sendo executado continuamente, gestão após gestão. O nosso planejamento da Defesa Civil já segue esse princípio. Vai até 2023 e já vamos revisar ao final do ano, o que deve ampliar o período.

[PE] - O que está sendo previsto para 2018?

Moratelli - Teremos a expansão da rede hidrometeorológica do estado, para ter dados mais precisos não só da área atmosférica, mas também nível de rios, ventos, pressão. Somando o que está em andamento, poderemos dizer que a fase 1, de dados e planos de contingência, estará finalizada. Aí entraremos na fase 2, de simulados, um aprimoramento de tudo o que foi planejado, com correções e ajustes. É um processo de validação do plano. Teremos, portanto, 295 simulados. Até porque nenhuma estrutura municipal é igual à outra e o plano de contingência precisa ser reavaliado a cada ano, a cada crise, a cada mudança de gestão.